

**CRISES E SUBORDINAÇÃO: A ECONOMIA DA PARAÍBA E DAS
CAPITANIAS DO NORTE NO SÉCULO XVIII**

**CRISIS AND SUBORDINATION: THE PARAÍBA AND NORTH CAPITANCES
ECONOMY IN 17TH CENTURY**

**CRISIS Y SUBORDINACIÓN: LA ECONOMÍA DE LA PARAÍBA Y LAS
CAPITANIAS DEL NORTE EN EL SÉCULO XVIII**

Matheus Silveira Guimarães¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é fazer um debate sobre as condições da economia da Paraíba no contexto das capitanias do Norte no século XVIII. Marcada por um período de crises e possibilidades de anexação a Pernambuco, a Paraíba vivenciou altos e baixos na sua produção e nas relações econômicas com o Mundo Atlântico. Dessa maneira, pretendemos apresentar alguns elementos importantes para pensarmos de forma mais ampla o comércio de escravos, que necessitava de demanda econômica para a produção.

Palavras-chave: Economia da Paraíba; século XVIII; crises; subordinação.

Abstract

The objective of this work is to discuss the conditions of the Paraíba economy in the context of the northern captaincies in the 18th century. Marked by a period of crises and possibilities of annexation to Pernambuco, Paraíba experienced ups and downs in its production and economic relations with the Atlantic World. In this way, we intend to present some important elements to think more broadly the slave trade, which required economic demand for production.

Keywords: Paraíba economy; XVIII century; crises; subordination.

Resumen

El objetivo de este trabajo es hacer un debate sobre las condiciones de la economía de Paraíba en el contexto de las capitanías del Norte en el siglo XVIII. Marcada por un período de crisis y posibilidades de anexión a Pernambuco, la Paraíba vivenció altos y bajos en su producción y relaciones económicas con el Mundo Atlántico. De esta manera, pretendemos presentar algunos elementos importantes para pensar de forma más amplia el comercio de esclavos, que necesitaba una demanda económica para la producción.

Palabras clave: Economía de Paraíba; siglo XVIII; las crisis; subordinación.

Introdução

Em 10 de julho de 1806, foi enviado ao Visconde de Anadia, secretário de Negócios da Marinha e Ultramar, uma consulta feita pelos proprietários da capitania.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Estes desejavam pedir ao rei a graça de metade dos direitos sobre os escravos importados no período de dez anos. Eles argumentavam que no ano anterior, em 1805, uma grande seca havia colocado “em total ruína os habitantes destes sertões, pela mortandade dos gados, que jamais *podião* existir pela falta de pastos, e os engenhos ficarão igualmente destruídos na sua escravatura” (AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3345, 1806). O pedido foi negado pelo Conselho Ultramarino. Os requerentes não tiveram vantagens na compra de africanos. As reclamações eram de longa data (desde pelo menos o século XVIII) e continuaram por quase todo o século XIX. Os pedidos de redução dos preços ou das taxas sobre os escravos percorreram por mais de cem anos os discursos dos proprietários.

Fez parte do discurso das elites da Paraíba e da historiografia o argumento de que a capitania estava quebrada, interferindo nos negócios de escravos. Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a entrada de africanos escravizados na Paraíba entre os séculos XVIII e XIX. O objetivo deste artigo é analisar algumas condições econômicas da capitania no período setecentista, marcado por grandes conflitos com a vizinha Pernambuco, chegando a ser anexada a esta. Durante décadas, a historiografia da Paraíba viu nesse período uma época de crises e de disputas. Dessa maneira, acreditamos ser necessário pensar as condições econômicas das capitanias do Norte para possibilitarmos uma compreensão mais ampla da sociedade escravista do século XVIII.

Este artigo, então, faz um debate historiográfico e documental sobre as condições econômicas da Paraíba no referido período, os conflitos anteriores à subordinação e a polêmica acerca da Companhia Geral de Comércio Pernambuco e Paraíba. Assim, além da historiografia clássica nesse período, utilizaremos as fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizadas pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

A economia da Paraíba setecentista

Ao final da primeira década do Setecentos, assumiu o governo da Paraíba João da Maia da Gama. Este, além de atividades administrativas e militares, tinha envolvimento com o comércio atlântico de africanos, algo bastante comum à época. Diante de seus interesses econômicos e da necessidade recorrente de escravos dos

senhores de engenho, Maia da Gama organizou em 1714 uma embarcação para a Costa da Mina, de onde trouxe 170 escravizados. Nenhum proprietário de engenho se propôs a comprá-los. Insistindo, o governador enviou novamente uma embarcação para a África, que dessa vez retornou com 270 africanos. Mais uma vez, sem êxito. Os senhores de engenho se recusaram a comprar esses escravos. O principal motivo para esse fracasso no negócio de almas estava na pobreza desses proprietários.² Quase noventa anos antes dos senhores e negociantes da Paraíba enviaram ao rei um pedido de isenção dos direitos dos escravos, pois já havia a dificuldade desse grupo em adquirir africanos, devido às condições econômicas. Os possíveis entraves pecuniários, assim, pareciam não ser novos à Paraíba oitocentista, sendo advindos desde o século anterior.

A história política e econômica da Paraíba no século XVIII é profundamente marcada pelo *status* de subordinação a qual foi submetida. A determinação régia que a tornou uma capitania anexa a sua vizinha Pernambuco foi datada em 29 de dezembro de 1755. De acordo com o então rei de Portugal, d. José, “os poucos meios que há nessa Provedoria da Fazenda da Paraíba para sustentar um governo separado” levava à anexação (PINTO, 1977, v I, p. 157). Essa decisão foi tomada após uma consulta feita pelo Conselho Ultramarino sobre as condições econômicas da capitania. À época, o governador Luís Antônio Lemos de Brito ficou responsável por fazer um levantamento acerca da situação em que se encontrava a capitania. Elza Régis de Oliveira acredita que “o parecer do Conselho não fora bem fundamentado, uma vez que não tivera real conhecimento da situação que levava a tal depauperação” (OLIVEIRA, 2007, p. 106-107). O caráter de subordinação manteve-se por mais de quatro décadas, sendo reconquistada a autonomia em 1799. Entretanto, a dependência econômica a Pernambuco vinha de antes do decreto régio de 1755 e não acabou com a chegada do século XIX, como veremos mais adiante.

Os motivos pelos quais levaram a um estado de subordinação política e econômica a Pernambuco no século XVIII não são simples de serem compreendidos. A historiografia ainda não conseguiu encontrar um consenso para esse evento.³ Como

² Esse caso é também discutido por Oliveira (2007, p. 89; 2011, p. 166) e Menezes (2005a, p. 142). O documento encontra-se em AHU_CU_014, Cx. 5, D. 360, 1717.

³ José Inaldo Chaves Júnior (2013) faz uma análise da historiografia sobre a subordinação da Paraíba, sobretudo, por aquela produzida pelo IHGP. O autor conclui que parte dos estudos feitos sobre esse período é influenciada por uma leitura “patriótica” da Paraíba, que via em Pernambuco um inimigo expansionista. Inaldo Chaves defende a ideia de que a subordinação perpassava também pelos interesses dos produtores e comerciantes de algumas praças da capitania (como Mamanguape) em se articular aos

iremos sugerir mais adiante, talvez a própria atividade do comércio de africanos possa ter influenciado na decisão. Porém, o que parece estar consolidado é o fato de que a capitania não apresentava condições econômicas favoráveis.

Desde o fim da guerra contra os holandeses, a capitania teve dificuldades econômicas sérias. Com a expulsão destes, por exemplo, houve queima de vários engenhos. De vinte, apenas nove ficaram funcionando (OLIVEIRA, 2007, p. 83). Nas palavras de Mozart Vergetti de Menezes (2005a, p. 68), a capitania encontrava-se devastada. Cabe ressaltar, porém, que a Paraíba não estava isolada nesse contexto. A economia europeia do século XVII, na verdade, vivenciava uma crise. Hobsbawm (1954) argumenta que esse ainda era um período de transição entre o feudalismo e as novas práticas do capitalismo. O avanço capitalista vivido nos séculos XV e XVI esbarrou nas estruturas feudais, gerando a crise. A superação desses obstáculos permitiu uma nova fase de expansão que culminou na Revolução Industrial.⁴ Essa crise afetou diretamente os produtos do Brasil, sendo uma crise de “açúcar, tabaco e prata”.⁵ A partir da década de 1690, o mercado recuperou-se, principalmente com a descoberta de ouro nas Minas (GODINHO, 1953). A Paraíba, contudo, não conseguiu atingir bons índices de crescimento econômico no decorrer do século XVIII.

O Setecentos, inclusive, foi um período difícil para as capitanias do Norte. Na primeira metade dessa centúria, os números não são dos melhores. Os principais produtos dessas capitanias (Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba) eram o açúcar e o tabaco. Acrescentaríamos também a carne. A primeira década do século XVIII apresentou uma melhora. Pernambuco, nas décadas seguintes, teve uma baixa em sua

comerciantes pernambucanos. Mozart Vergetti de Menezes (2005a) acredita haver duas grandes correntes de interpretações sobre a anexação: uma que defende ter isto ocorrido graças aos ímpetus expansionistas de Pernambuco e outra baseada na posição de Fernando Delgado Freire de Castilho, último governador da Paraíba anexada e que conseguiu junto à Coroa sua desanexação, que acreditava ter sido a capitania subordinada devido a um equívoco na análise feita pelo então governador Luís Antonio Lemos de Brito. Para Mozart Menezes, o fim da autonomia política da Paraíba em 1755 estava diretamente relacionado à falência da Provedoria da Fazenda desta. Elza Régis de Oliveira (2007) argumenta que o processo de subordinação estava inserido em um contexto mais amplo de crise estrutural de longa duração ocorrida desde o século XVII, que afetou a Paraíba, mas também o Brasil e a Europa. Contudo, esta autora também admite não encontrar motivos objetivos para tal anexação e acaba também por reproduzir a tese do expansionismo pernambucano e do equívoco de Lemos de Brito.

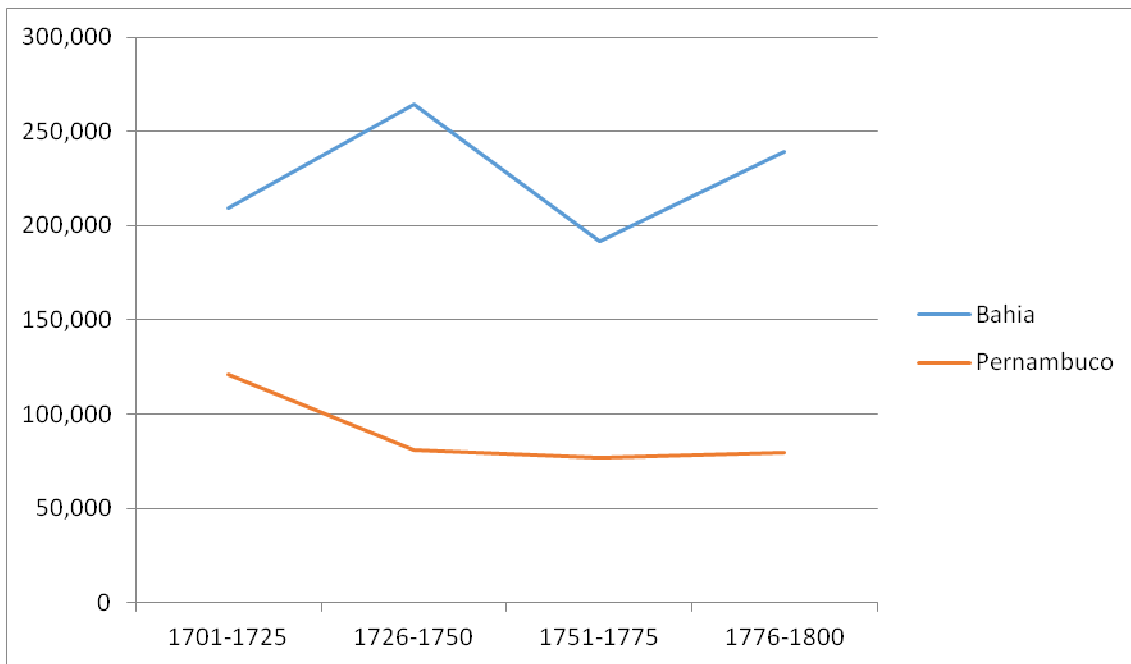
⁴ Este artigo de Eric Hobsbawm criou um grande debate sobre a crise do século XVII. O próprio Hobsbawm escreveu outro artigo ampliando a discussão. Para ver com mais detalhes a polêmica acerca desse assunto, sugiro a leitura de Elliot (2010). Para José Jobson de Arruda (1984, p. 187), a interpretação de Hobsbawm sobre esse tema é “imbatível”.

⁵ Esta afirmação foi feita por Godinho (1953). A crise internacional afetou o mercado de açúcar, tabaco e prata. O Brasil não tinha este metal, todavia, era um dos principais produtores mundiais de açúcar e tabaco, o que interferiu diretamente na economia desta colônia portuguesa.

produção, mas manteve bons números. Contudo, a década de 1730 trouxe consigo uma grande queda para essas capitanias que demorou a ser recuperada, conseguindo êxito apenas na década de 1780. O principal motivo para essa irregularidade foi o preço do açúcar. Apesar da oscilação, a Paraíba não conseguiu apresentar bons números em nenhum momento. Sua recuperação foi pequena, a produção estava em baixos níveis, causando uma crise em seu tesouro (GALLOWAY, 1974).

Essa queda da produção nas capitanias do Norte pode ser percebida na importação de africanos para o Brasil. Os dados disponíveis no TSTD apresentam a situação das capitanias do Norte no mercado atlântico. Enquanto na região sudeste do Brasil cresciam as importações de africanos, Pernambuco teve uma forte baixa entre as décadas de 1730 e 1770, conseguindo recuperar-se apenas nas últimas duas décadas do Setecentos e mais do que dobrando suas importações nas primeiras décadas do Oitocentos, quando a produção volta a apresentar altos índices. A Bahia teve um pequeno aumento entre 1726 e 1750, baixando fortemente as importações para o período de 1751-1775. Também se recuperou apenas nas últimas décadas do século XVIII. Os números podem ser vistos no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Importação de africanos para as capitanias Bahia e Pernambuco no século XVIII



Fonte: <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

Além da economia mundial não contribuir para o desenvolvimento produtivo, a capitania enfrentou dificuldades do ponto de vista climático e do mercado para sua recuperação. Um período sucessivo de secas e cheias do rio Paraíba impediu a reestruturação dos engenhos. Para se ter uma ideia, na primeira metade do século XVIII, ocorreram duas grandes secas entre os anos de 1710-1715 e 1723-1724, além de cheias em 1729-1730 (MENEZES, 2005a, p. 123). A sinopse das secas apresentada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* ainda aponta estiagens nos anos de 1721 e 1730, de máximo e médio impacto (RIHGP, 1932, p. 166-167). Ou seja, as décadas iniciais do Setecentos foram também marcadas por dificuldades climáticas.

O algodão ainda não era um produto muito requisitado no mercado atlântico. As Antilhas surgiam como uma forte concorrente ao açúcar brasileiro, o que fez reduzir ainda mais os preços dessa mercadoria, a principal na lista de exportações da América portuguesa. Mesmo representando importante papel na economia, a criação do gado também foi afetada. O processo de interiorização da Paraíba ainda estava em uma fase inicial e as sucessivas secas interferiram na atividade pecuária.⁶ Ademais, por diversos motivos, o porto era pouco movimentado, fazendo com que os navios precisassem sair em comboios vindos de Recife, o que era algo que raramente ocorria (OLIVEIRA, 2007, p. 84-87).⁷

Gustavo Acioli Lopes (2008) argumenta que o tráfico atlântico de escravos foi uma das estratégias encontradas pelos produtores e comerciantes de Pernambuco para conseguir a recuperação econômica após a “Restauração”. Talvez por isso que, na década de 1670, quando os preços do açúcar no mercado internacional caíam, Pernambuco aumentou sua produção. Como tentaremos demonstrar no próximo capítulo, a tendência da Paraíba a partir de 1725, diante da crise, era apontar para essa alternativa. Contudo, ela não se concretizou. Esse é um ponto que precisa ser mais bem investigado, mas que os nossos espaço e objetivo não nos permitem maior aprofundamento.

⁶ O processo de interiorização do território da Paraíba iniciou-se efetivamente a partir da segunda metade do século XVII. Até então, a atividade pecuária se dava na faixa litorânea dividindo espaço com a cana de açúcar. Seu desenvolvimento só foi possível com a ida ao interior, onde poderia ter mais espaço e mão de obra disponível. Contudo, as constantes secas e as frequentes reclamações de falta de braços fizeram parte da composição da atividade criatória na Paraíba (MARIZ, 1978, p. 10-11).

⁷ Diante da insegurança dos mares, o governo português, desde o século XVI, implementou uma legislação que obrigava a navegação em comboios, para isso, criou-se um sistema de frotas que ligavam os dois lados do Atlântico português, conforme Barros (1980). Elza Régis de Oliveira (2007, p. 87) nos revela que, muitas vezes, os comboios saíam de Pernambuco e não esperavam pelos navios da Paraíba, o que dificultava ainda mais a saída deste porto.

A situação parecia preocupante. Durante quase toda a primeira metade do século XVIII, as elites da capitania percebiam a anexação como uma estratégia muito presente por parte da Coroa portuguesa. Desde o início do Setecentos, a dízima da Alfândega na Paraíba apresentava números limitados e não dava conta dos gastos. Esta taxa deveria servir, inicialmente, para a manutenção da Fortaleza de Cabedelo. Como a situação econômica da capitania era precária, os governadores a usavam para outros destinos, como pagamento de soldos da infantaria e seus próprios ordenados (MENEZES, 2005a, p. 201-205). Foi-se criando, então, uma bola de neve nas finanças. A dízima era utilizada para vários fins, conseqüentemente, tornava-se mais limitada e outros setores ficavam descobertos, complicando ainda mais a situação da capitania. Os governadores ficaram de mãos atadas diante desse fato. Em 1723, Lisboa encontrou uma solução: unificar a arrecadação da Alfândega da Paraíba a de Pernambuco.⁸

A partir dessa data, Pernambuco ficaria responsável pela arrematação das dízimas referentes à capitania vizinha e repassaria o valor de vinte mil cruzados anuais. Esses valores não eram transferidos corretamente. Criou-se, assim, uma espécie de anexação disfarçada. Oficialmente, a Paraíba não estava subordinada, porém, suas rendas ficavam diretamente dependentes. Diante do fato, Pedro Monteiro de Macedo, governador da Paraíba entre 1734 e 1744, tentou buscar alternativas para incrementar as finanças da capitania e conseguir brechas nas relações econômicas com Pernambuco. Sem sucesso.⁹ Na década de 1750, o último governador da Paraíba antes da subordinação, Luís Antônio Lemos de Brito, ao assumir, informou o estado deficitário da capitania, argumentando que isso se dava graças ao não repasse das dízimas feitas pela vizinha (MENEZES, 2005a, p. 211-227). As receitas e despesas até então eram as seguintes:

Tabela 1: Receitas e despesas da capitania da Paraíba (1724-1756)

Anos	Receitas	Despesas	Saldo
1724	5:472\$707	6:611\$643	- 1:138\$936

⁸ Isso não significou perda da autonomia da Provedoria da Fazenda da Paraíba. Contudo, a arrematação e transferência dessa taxa ficaram sob a responsabilidade de Pernambuco, tirando da Paraíba a ação direta sobre tal. Para uma análise mais detalhada sobre o tema, Mozart de Menezes (2005a).

⁹ Mozart Vergetti de Menezes também discute as ações desse governador com esse objetivo em *Sonhar o céu, padecer o inferno* (2005b), resultado parcial de sua tese, também utilizada neste trabalho.

1725	2:447\$448	5:969\$579	- 3:522\$131
1726	2:770\$300	2:600\$211	+ 170\$089
1727	15:003\$390	14:439\$611	+ 563\$779
1728	6:366\$023	5:156\$343	+ 1:209\$680
1729	9:671\$802	6:961\$402	+ 2:710\$400
1732	13:180\$835	9:839\$920	+3:340\$915
1733	15:021\$285	13:304\$583	+ 1:716\$702
1734	15:077\$670	15:793\$266	- 715\$596
1742	18:652\$593	14:095\$663	+ 4:556\$930
1745	10:840\$294	10:969\$690	- 129\$396
1754	15:115\$285	15:273\$111	- 157\$826
1756	5:433\$481	8:000\$000	- 2:566\$519

Fonte: Oliveira (2007, p. 170)

Os dados não são os mais interessantes para pensarmos em detalhe a condição econômica na primeira metade do século XVIII. Como admite Elza Régias (2007, p. 99), em alguns momentos, poderia haver alteração dos dados para dar-se a ideia de tranquilidade financeira. Todavia, feitas as devidas ressalvas, os números apresentam possíveis aproximações. Uma delas é de que a situação da Paraíba não era das mais confortáveis. Houve anos consecutivos em que a capitania teve seu saldo negativo, sobretudo, em 1725, ano de seca. Neste ano não se produziu sequer uma caixa de açúcar (OLIVEIRA, 2007, p. 91; NASCIMENTO FILHO, 2006, p. 38). Ainda assim, conseguiu recuperar suas finanças mantendo saldo positivo entre os anos de 1726 e 1733. Entretanto, cabe ressaltar que, algumas vezes, mesmo sendo positivos, os saldos eram pequenos. Isso demonstra uma situação financeira no limite e sem sobras confortáveis. Recupera-se ao final da década de 1720, talvez, inclusive, devido à maior participação no comércio de africanos escravizados.¹⁰

¹⁰ Nesse período, a Paraíba teve mais fluxo no mercado de escravizados. Essa atividade pode ter interferido no saldo da capitania.

Nos momentos anteriores à anexação, a capitania apresenta um quadro negativo. As receitas variaram muito até a década de 1730. Desde então, houve maior estabilidade nestas, mas com aumento das despesas, mantendo o saldo instável. A partir da década de 1740, é perceptível uma queda constante. Em 1756, houve redução significativa das receitas, possível impacto da decisão régia pela anexação. Apesar disso, em linhas gerais, percebemos que a situação da Paraíba não era tão confortável, como também não era desesperadora.

Em linhas gerais, portanto, como apontam os estudos de Elza Régis de Oliveira (2007) e Mozart de Menezes (2005a), podemos perceber que a Paraíba encontrava-se em uma situação de dificuldades econômicas na primeira metade do século XVIII. As receitas não conseguiam acompanhar as despesas. A situação agravava-se a cada ano com os vários empecilhos encontrados na produção. A conjuntura econômica não era das melhores para Portugal. Se a capitania não conseguia sanar suas contas, quiçá contribuir financeiramente com a Coroa. Não podemos esquecer que havia uma política da metrópole iniciada com d. Sebastião de Carvalho e Melo que visava racionalizar a administração do Reino, reduzindo os gastos e potencializando os recursos. Todos esses fatores aliados a interesses de alguns produtores e comerciantes, como aponta Chaves Júnior (2013), levaram a uma conclusão: a anexação a Pernambuco, o que deixou ainda mais confuso os conflitos das jurisdições de ambas.¹¹

A decisão da Coroa pela subordinação política da Paraíba a sua vizinha gerou resistência por parte da Câmara da capital. Esta se direcionou a Lisboa apresentando argumentos visando não efetivar o ato do rei (OLIVEIRA, 2007, p. 109). Porém, o ano de 1759 foi decisivo para a concretização da anexação, pois foi criada a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, e as relações comerciais entre as duas capitanias continuaram inextrincáveis.

A criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba fez parte de um processo mais geral de reformas da Coroa portuguesa implementada por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Para Nuno Monteiro (2014, p. 129), quatro importantes pontos guiaram as políticas de d. José colocadas em prática pelo seu principal ministro: questões comerciais; administração; fazenda; e política internacional.

¹¹ Sobre os conflitos constantes existentes nas indefinições das jurisdições entre Paraíba e Pernambuco desde o século XVI, ver Chaves Júnior (2013), em especial, o capítulo 2.

Sebastião José de Carvalho e Melo teve uma formação na qual desenvolveu bastante preocupação com o comércio. Para ele, essa atividade era fundamental para construir a riqueza de uma nação. Desde, sobretudo, o final do século XVII as relações econômicas entre Inglaterra e Portugal haviam se intensificado, e este se encontrava cada vez mais em desvantagem. A alternativa buscada pela Coroa lusa foi reorganizar os laços comerciais com a colônia na América, por intermédio do monopólio cedido às Companhias de Comércio. Dessa maneira, os comerciantes portugueses se fortaleceriam e diminuiriam a busca de créditos com os ingleses (MONTEIRO, 2014; PEDREIRA, 2014).

As Companhias de Comércio não têm atraído muita atenção de estudiosos do período colonial brasileiro, e quando nos voltamos para a atuação da Companhia referida especificamente na Paraíba, a historiografia é ainda mais escassa. As informações sobre a atuação desse órgão nessa capitania se resume aos clássicos da escrita histórica paraibana. Maximiano Machado, por exemplo, apresenta os vários privilégios oferecidos à Companhia, constituindo-se “um estado no estado”, e continua: “se animava a agricultura por um lado com o adiantamento de algum dinheiro a juro sobre hipoteca dos engenhos, torturava-se por outro, taxando-lhe o preço do açúcar” (MACHADO, 1977, p. 448). Horácio de Almeida, quando dedica algumas páginas de suas obras para descrever sobre as ações da Companhia na Paraíba, afirma que

De extorsão vivia a Companhia na sua fome de lucros. [...] Em pouco tempo, a ação da empresa monopolista na Paraíba valeu por um incêndio. A Capitania estava arruinada. O remédio ministrado contra o mal foi pior que o próprio mal. Melhor fora morrer da doença que do tratamento. Engenhos sem safra, comércio depauperado, povo já na expectativa da fome. Este o saldo da voraz Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (ALMEIDA, 1978, v. II, p. 73).

Basicamente, a mesma visão é apresentada por José Octávio Mello. Para este autor, os resultados das ações pombalinas para o comércio foram “desastrosos”, pois “buscando aumentar os lucros, a Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba comprava barato e vendia caro, com o que a Capitania via-se espoliada por dentro e por fora” (MELLO, 2008, p. 83). A consequência foi a crise na produção do açúcar e no comércio. Na versão de Celso Mariz, a Companhia surgiu inicialmente como uma esperança, mas logo “os juros e outras imposições do monopólio, criaram uma situação de tais aperturas que até o fim do século ainda se arrolava num relatório de governo as

causas de ruína dos engenhos e depauperamento financeiro da capitania” (MARIZ, 1978, p. 12).

Elza Régis de Oliveira admite que não houve vantagens para a Paraíba com a criação da Companhia. Analisando a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, ela afirma ter sido constante a insatisfação da população frente a esse órgão. Em uma representação da Câmara da capital sobre essa situação, demonstra as consequências negativas que os produtores e comerciantes da Paraíba diziam estar vivendo após a Companhia ter assumido os monopólios comerciais. Esta, além de não cumprir efetivamente suas funções, ainda era responsável por subir os preços e não dar assistência (OLIVEIRA, 2007, p. 111-113). A Câmara da cidade da Parahyba não foi a única a se pronunciar contrária à decisão. Em Olinda, Igarapé e Serinhaém, os vereadores também reclamavam dos preços e da distribuição de crédito (CHAVES JÚNIOR, 2013, p. 191).

Até o presente momento, não identificamos nenhum estudo que apontasse uma interpretação distinta dessas, demonstrando aspectos positivos da experiência da Companhia de Comércio na Paraíba. Ao que conseguimos identificar, a Companhia representou um importante impacto no que diz respeito aos números de africanos importados, como demonstraremos no próximo capítulo. Isso também é identificado em estudos mais recentes.

De acordo com José Inaldo Chaves Júnior (2013, p. 190), os produtores de açúcar ficaram insatisfeitos com a criação da Companhia. Os principais motivos das reclamações estavam nos “preços exorbitantes praticados com os importados e suprimentos agrícolas, a exemplo dos escravos, e do indecoroso rebaixamento dos preços do açúcar comprado a pífios valores”. Os juros apresentavam-se altos e o endividamento desses proprietários cresceu rapidamente. Mostra-nos o referido autor que dez anos após a Companhia ter sido fundada, já se pedia o seu fim.

Vale ressaltar que essa insatisfação não era homogênea entre as elites da Paraíba. Regiões como as próximas ao rio Mamanguape tinham boas relações com os comerciantes da praça do Recife e não desejavam a jurisdição da cidade da Parahyba. Em toda a segunda metade do século XVIII, os conflitos foram constantes. O que estava em jogo eram as disputas pela influência e melhores condições de acesso ao mercado internacional (CHAVES JÚNIOR, 2013).

Em linhas gerais, a capitania apresentava duas grandes atividades produtivas (açúcar e pecuária) e outras de menor expressão voltada à subsistência (arroz, milho, feijão etc.). O algodão desenvolveu-se e tornou-se um importante produto nos últimos anos do XVIII, quando o mercado internacional o favoreceu. Entretanto, essas atividades não operavam no auge de suas capacidades. Tendo em vista a situação da Paraíba – que acabou culminando na anexação em 1755 – já ser bastante precária, ao chegar em 1780, ano da extinção da Companhia Geral de Pernambuco e da Paraíba, de acordo com essas afirmações, não conseguimos imaginar um contexto favorável no decorrer do século XVIII.

Dessa maneira, na perspectiva econômica, o decorrer do Setecentos não foi positivo para a capitania da Paraíba. Desde o século XVII, ela atravessou um período de sucessivas baixas na produção e no comércio, quando o mercado internacional não era favorável. Enfrentou constantes dificuldades de se articular ao Mundo Atlântico, ocorrendo isso, na maioria das vezes, por intermédio do porto do Recife. Mesmo quando o mercado criava demandas, a Paraíba enfrentava problemas climáticos que interferiam na produção. As receitas não conseguiam acompanhar as despesas. A subordinação determinada pela Coroa talvez não tenha sido a melhor solução para o problema. Ao final do século XVIII, a autonomia foi retomada. Apesar de todo esse contexto econômico, as últimas décadas do Setecentos apontavam para um quadro mais otimista. Chegamos, então, à virada do século XVIII e XIX, período que mais nos interessa nesta pesquisa.

Referências

Fontes Impressas

PINTO, Irineu. *Datas e notas para a história da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. 2 vols.

RIGHP. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. 35 vol. 1909-2002.

Fontes da internet

Transatlantic Slave Trade Database (TSTD). Disponível em:
<<http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>>.

Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.)

AHU_CU_014, Cx. 5, D. 360, 1717.

AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3314, 1806.

AHU_CU_014, Cx. 47, D. 3345, 1806.

Bibliografia

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1978. 2 volumes. [1ª edição do volume 1 de 1966].

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A crise do século XVII e a consolidação da economia-mundo (1600-1750). *Revista de História*, Universidade de São Paulo, n. 116, p. 1833-192, jan.-jun. 1984.

BARROS, Ruston Lemos de. Subsídios para o estudo das frotas de navegação em Pernambuco. *Revista de Ciências Humanas*, João Pessoa, ano 2, n. 4, p. 119-145, out.-dez. 1980. (Número Especial de História – UFPB).

CHAVES JÚNIOR, Inaldo. “*As duras cadeias de hum governo subordinado*”: história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c. 1755-1799). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ELLIOT, John. *España, Europa y El Mundo de Ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.

GALLOWAY, J. H. Nordeste do Brasil (1700-1750): o reexame de uma crise. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 85-102, abr.-jun. 1974.

GODINHO, Victorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História da USP*, São Paulo, n. 15, p. 69-88, jul.-set 1953.

HOBBSAWM, Eric. The general crisis of the european economy in the 17th century. *Past and Present*, n. 5, p. 33- 56, 1954.

LOPES, Gustavo Acioli. *Negócios da Costa da Mina e comércio atlântico: tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1977. 2 v. [Edição facsimilar de 1912].

MARIZ, Celso. *Evolução econômica da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: A União, 1978.

MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 11. ed. João Pessoa: A União, 2008.

MENEZES, Mozart Vergetti. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba, 1647-1755*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005a.

_____. Sonhar o céu, padecer no inferno: governo e sociedade na Paraíba do século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINIO, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005b. p. 327-340.

MONTEIRO, Nuno. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3, p. 111-156.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo. *Fronteira móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1801)*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

OLIVEIRA, Elza Régias de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*. 2. ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3, p. 419-460.